

Fernando Molica

STF: não existe voo grátis

A revoada de ministros do Supremo Tribunal Federal em jatinhos de empresas ligadas ao Master difere do esquema celebrizado no governo Fernando Collor de Mello, quando aviões operados pelo primeiro-amigo Paulo César Farias eram usados para a lavagem de dinheiro.

Parte da grana que jorrava no caixa administrado por PC era atribuída a supostas receitas geradas pelo aluguel dos aparelhos, que seriam também usados como táxis-aéreos. O dinheiro era real, mas muitos dos voos só existiam no papel, em notas fiscais; em muitos casos, os jatos sequer haviam saído do chão.

Reportagens publicadas por diversos jornais indicam que a situação que envolve os ministros Alexandre de Moraes, Kassio Nunes Marques e Dias Toffoli é outra: eles teriam efetivamente embarcado nos jatinhos, as condições de cada decolagem é que ainda não estão claras.

Ex-advogada do grupo que era capitaneado por Daniel Vorcaro, Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro Moraes, disse que as oito viagens nas asas do Master foram realizadas na modalidade de táxi-aéreo.

O valor dos fretamentos teria sido abatido dos honorários que recebia da instituição financeira liquidada pelo Banco Central — um contrato de R\$ 3,3 milhões mensais.

A justificativa apresentada pela advogada pode ser comprovada por documentos que demonstrem o aluguel dos aviões e a forma de pagamento pelos serviços prestados. A versão, porém, deixa ainda mais delicada a situação de Moraes que, segundo a Folha de S.Paulo, viajou as tais oito vezes em aviões de empresas ligadas ao Master: ele teria, portanto, com os voos, sido beneficiado por valores pagos pelo banco para sua mulher.

Em nota divulgada semana passada, o ministro disse que “jamais viajou em avião de Daniel Vorcaro ou em sua companhia e de Fabiano Zettel, a quem nem conhece”. Os jatos citados na reportagem pertenciam a empresas ligadas aos empresários, não estavam em seus nomes pessoais.

Também citado como beneficiado por carona em avião da Prime You — empresa que administra bens de Vorcaro — Marques disse que o voo foi pago por uma advogada do Master. Ela seria Camilla Ewerthon

Ramos, casada com o desembargador Newton Ramos, do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

No ano passado, o magistrado deu decisão que favoreceu empresa defendida por pelo advogado Kevin de Carvalho Marques, filho do ministro. Kenin e seu irmão Kauan também teriam sido beneficiados em outra viagem bancada pela defensora. Toffoli, por sua vez, não falou nada.

Vale pegar carona — terrestre — na frase do economista Milton Friedman: não existe voo grátis. Por mais que ministros do STF não sejam influenciáveis por favores concedidos por empresas ou por seus representantes, não é razoável que aceitem esse tipo de mimo.

Desde a intenciona de 8 de janeiro de 2023 que, por autorização do presidente Lula, ministros do STF, e não apenas o presidente da corte, têm direito de requisitar aviões da FAB.

Já houve episódios em que este uso se deu para compromissos particulares, o que, no limite, pode ser tolerado por razões de segurança. Mas caronas privadas, com ou sem nota-fiscal, são inadmissíveis, provocam turbulência na reputação do STF.

Ismael Almeida*

Soberania em risco: A influência chinesa e os desafios para o Brasil

O avanço da influência chinesa no Brasil não pode mais ser tratado apenas como uma questão comercial. Trata-se, cada vez mais, de um tema de soberania nacional. A relação com a China, embora relevante para o crescimento econômico, revela sinais preocupantes de dependência que ultrapassam o campo econômico e alcançam a política, a segurança e até o processo democrático.

O Brasil passou a estruturar boa parte de sua balança comercial em função do mercado chinês. Exportamos commodities e importamos tecnologia, repetindo um padrão histórico que enfraquece nossa capacidade industrial. Esse modelo não apenas limita o crescimento sustentável, mas cria um vínculo assimétrico: quando um país depende excessivamente de outro, sua autonomia deixa de ser plena.

A defesa da soberania nacional, da livre iniciativa e da independência institucional exige cautela diante de qualquer potência estrangeira que amplie sua influência de forma silenciosa e progressiva. A China não atua apenas como parceira comercial, opera estrategicamente, expandindo presença em setores críticos como energia, infraestrutura e telecomunicações — áreas que, em qualquer nação séria, são tratadas como pilares de segurança nacional.

Mais do que investimentos, há uma clara tentativa de construção de influência política indireta. Países altamente dependentes tendem a suavizar críticas, alinhar votos em organismos internacionais e evitar posições que contrariem seus principais parceiros comerciais. Isso não é teoria, é prática recorrente no cenário global.

No contexto brasileiro, esse movimento se torna ainda mais delicado em ano eleitoral. O debate público corre o risco de ser contaminado por interesses externos de forma sutil, seja por meio de narrativas econômicas, seja pela influência indireta em setores estratégicos da comunicação e tecnologia. Não se trata de afirmar interferência direta no processo eleitoral, mas de reconhecer que ambientes de dependência criam condições propícias para pressões e alinhamentos que nem sempre são transparentes ao eleitor.

Além disso, há um fator ideológico que não pode ser ignorado. A China é governada por um regime autoritário, com valores profundamente distintos daqueles que fundamentam uma democracia liberal. A aproximação sem critérios claros pode gerar uma normalização perigosa de práticas e visões incompatíveis com as liberdades individuais, a transparência institucional e o Estado de Direito.

Isso não significa romper relações ou adotar uma postura hostil. O Brasil deve, sim, manter relações comerciais com a China — como faz com qualquer outra potência. Mas precisa fazê-lo com estratégia, limites e, sobretudo, consciência de seus próprios interesses nacionais.

O ponto central é simples: parceria não pode significar dependência. Um país soberano diversifica seus mercados, fortalece sua indústria e protege seus setores estratégicos. Mais do que isso, preserva sua capacidade de decidir sem amarras externas.

Se o Brasil deseja, de fato, ocupar um papel relevante no cenário internacional, precisa agir como protagonista — e não como coadjuvante de interesses alheios. O desafio está posto: ou o país reequilibra essa relação, ou corre o risco de ver sua autonomia sendo, pouco a pouco, negociada sem o devido debate nacional — inclusive nas urnas.

***Diretor de Relações Institucionais do Instituto Monitor da Democracia, é cientista político e analista legislativo com mais de 20 anos de experiência no Congresso Nacional.**

Tales Faria

Atropelado, centrão teme aliança com Flávio Bolsonaro

O candidato do PL a presidente, senador Flávio Bolsonaro (RJ), tem encontrado mais dificuldades do que esperava para acertar alianças de sustentação à sua campanha nos estados. Flávio considera fundamentais essas alianças para a montagem de palanques capazes de recebê-lo em eventos locais e reverberar a sua campanha.

Mas o fechamento da janela partidária aumentou a desconfiança entre os possíveis aliados do PL no centrão sobre o comportamento e a fidelidade dos bolsonaristas.

Já durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), pai de Flávio, era grande a reclamação dos aliados nos bastidores sobre o autoritarismo dos bolsonaristas, que não aceitavam dividir espaços de poder e não cumpriam acordos.

Ocorria de acertos fechados serem repentinamente desmontados a mando do próprio Bolsonaro ou por intervenção de seus filhos. Flávio comandava com mão de ferro o PL no Rio de Janeiro. O vereador Carlos Bolsonaro se metia em praticamente todas as áreas, e Eduardo Bolsonaro, então deputado federal por São Paulo, conseguiu brigar com as principais lideranças do partido no estado, como Joice Hasselmann, Carla Zambelli e Antonio Carlos Rodrigues

As intervenções foram tantas que o PL chegou a 2023 como a legenda que mais perdeu parlamentares. Teve um

saldo negativo de 12 deputados, sendo 16 desfiliações contra quatro filiações desde a eleição.

Agora, na montagem de alianças nos estados, o clã voltou a atacar. Carlos Bolsonaro foi imposto como candidato ao Senado em Santa Catarina, assim como Sérgio Moro foi imposto como candidato a governador no Paraná, desmontando alianças fechadas com o PP, o PSD, o Podemos e o MDB locais.

Em São Paulo, Eduardo Bolsonaro quer — e tende a conseguir — impor um amigo pessoal, o deputado estadual Gil Diniz, como candidato ao Senado, contra a vontade de praticamente todas as lideranças aliadas.

Até Michelle Bolsonaro entrou na história. No Ceará quase conseguiu desmanchar a aliança que o comando nacional do PL havia fechado com o ex-governador Ciro Gomes (PDT).

Mesmo na chapa presidencial, enquanto o centrão tenta emplacar a senadora Tereza Cristina (PP-MS) como candidata a vice, os bolsonaristas insistem no ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Partido Novo), ideologicamente mais próximo do ultraconservadorismo.

Agora no fechamento da janela partidária, ocorrido na sexta-feira dia 3, os aliados descobriram que os bolsonaristas montaram uma verdadeira força-tarefa para tomar parlamentares das legendas próximas.

O partido armou um comando centralizado para atrair deputados do centrão por meio das alianças eleitorais.

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, chegou a divulgar um documento com as normas e diretrizes para realização das convenções locais do partido e alianças com outras legendas. A ideia é manter controle total sobre os diretórios estaduais. Disse a nota que as direções locais terão que apresentar as chapas e pretensões de coligações à Executiva Nacional antes de fechá-las. Se as convenções nos estados não tiverem em “plena conformidade” com as decisões do Diretório Nacional, poderão ocorrer a intervenção e a nulidade dos acordos firmados.

Mais de 120 deputados trocaram de sigla. Enquanto o PL cresceu e ultrapassou a marca de 100 cadeiras, o União Brasil registrou as maiores perdas. O partido perdeu nomes de peso, como os deputados Mendonça Filho (PE), relator da PEC da Segurança; Alfredo Gaspar (AL), relator da Comissão Parlamentar Mista (CPMI) do INSS; e Rodrigo Valadares (SE), relator da primeira versão do projeto da anistia.

Não foi à toa que o centrão se sentiu atropelado. Por tudo isso, aumentou a desconfiança de que uma vitória de Flávio Bolsonaro poderá levar o clã a repetir o modelo autoritário do governo do pai.